



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

MEMÓRIA DE REUNIÃO Nº CJF-MRU-2014/00123

Brasília, 17 de dezembro de 2014.

Objetivo da reunião: Aprovação do Inventário de Necessidades de Informação

Horário e local: 14h30 - Sala de Reuniões da SDI

Assunto: Planejamento estratégico

Participantes	Função/Cargo	Unidade
Juiz Federal Erivaldo Ribeiro dos Santos	SEM VÍNCULO/OUTRAS ESFERAS	SG
Kelly Cristina Oliveira Costa	MAGISTRADO	CG
Eva Maria Ferreira Barros	SECRETÁRIO EXECUTIVO	SE
Ivan Gomes Bonifácio	SECRETÁRIO	SDI
Lúcio Melre da Silva	SECRETÁRIO	STI
Gustavo Bicalho Ferreira da Silva	SECRETÁRIO	SPO
Sheila Campello Farias Gibaile	SECRETÁRIO	SRH
César Augusto do Valle	SECRETÁRIO	SAD
Cintia da Silveira Lima	CHEFE DE ASSESSORIA	ASCOM
Divailton Teixeira Machado	ASSESSOR ESPECIAL	AESP-CG
Marcus Aurelius Soares de Araujo	COORDENADOR	COPFE
Maria Virgínia Guimarães Corrêa	SUBSECRETÁRIO	SUPED
André Ricardo Lapetina Chiaratto	SUBSECRETÁRIO	SUTEC
Misael Guerra Pessoa de Andrade	ASSESSOR B	ASTECC - SE
Angelita da Mota Ayres Rodrigues	SUBSECRETÁRIO	SUAUD

Pauta



Assinado digitalmente por LUCIO MELRE DA SILVA, ANDRE RICARDO LAPETINA CHIARATTO, MISAEL GUERRA PESSOA DE ANDRADE e IVAN GOMES BONIFACIO.
Documento Nº: 1393607-8120 - consulta à autenticidade em <https://siga.cjf.jus.br/sigaex/autenticar.action>

Classif. documental | 00.04.00.01



CJFMRU201400123A

1. Criação do Comitê Gestor Institucional - CGI

O Secretário-Geral, Dr. Erivaldo Santos, iniciou a reunião ressaltando a importância do momento por se tratar da primeira reunião do Comitê criado pela Resolução CJF-RES-2014/00313. Agradeceu a participação de todos convidando para uma condução democrática e participativa nas discussões de temas relevantes para a Justiça Federal. O Secretário-Geral alertou para a necessidade futura de ser aprovado um regimento ou regulamento para funcionamento do CGI, uma vez que a Resolução CJF 313/2014 já estabeleceu sua composição e competência. Sugeriu, ainda, que até a eventual constituição do regimento, adote-se a prática de aprovação pela maioria.

2. Apresentação da Metodologia utilizada para elaboração do PDTI

Ivan (SDI) esclareceu aos presentes acerca da metodologia utilizada pelo grupo de trabalho. Durante o mês de novembro foram realizadas reuniões com todos dirigentes das unidades administrativas do CJF, bem como com os representantes dos órgãos da Justiça Federal, designados pela Portaria CJF-POR-2014/00377, de 16 de setembro de 2014. As reuniões tiveram o objetivo de identificar as necessidades de informação de cada órgão e, no âmbito do CJF, as necessidades de cada unidade. Ressalta-se que as próprias unidades é que priorizaram suas necessidades com base na metodologia GUT, que avalia os critérios de gravidade, urgência e tendência. Em seguida, com base em critérios como: existência de equipe, quantidade executada dos projetos, exigência legal e normativa, dentre outros, estabeleceu-se nova pontuação para ordenar as prioridades a serem atendidas pela Secretaria de Tecnologia da Informação no triênio 2015-2017. Fez-se nova priorização. Ficou esclarecido que a última etapa será realizada pela Secretaria de Tecnologia da Informação que irá estabelecer metas para execução do Plano de Iniciativas de Tecnologia da Informação. O Secretário-Geral solicitou a apresentação de exemplos para aplicação dos critérios utilizados para priorização das necessidades de informação. Melre (STI) apresentou os exemplos de como as necessidades foram priorizadas. Eva, Secretária Executiva, questionou sobre a inclusão dos projetos de abrangência nacional, tendo sido informado que oportunamente será apresentado ao colegiado do CJF as iniciativas nacionais de desenvolvimento de software e a política de nivelamento de tecnologia da informação.

3. Apresentação do inventário de necessidades de informação

Ivan (SDI) apresentou o inventário de necessidades de informação em ordem de prioridade depois da adoção dos critérios de priorização. Gustavo (SPO) solicitou a revisão da pontuação das necessidades 54, 55, 56, 57 e 58. Angelita (SCI) solicitou a revisão das necessidades 41 e 42. Foi decidido que seriam revisadas as pontuações quanto à aderência à legislação e normas. Os secretários se comprometeram a reavaliar a pontuação atribuída e encaminhar novamente à STI antes da próxima reunião do Comitê. Assim, foi agendada nova reunião para o dia 12/12/2014, às 17h.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL



Ref.	Próximas Ações	Responsável	Data Prevista
3.1	Reunião agendada para o dia 12/12/2014, às 17h	todos	12/12/2014
3.2	Reavaliação das pontuações da planilha de necessidades de informação	secretários	12/12/2014

IVAN GOMES BONIFÁCIO
SECRETÁRIO
SDI - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

LÚCIO MELRE DA SILVA
SECRETÁRIO
STI - SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ANDRÉ RICARDO LAPETINA CHIARATTO
SUBSECRETÁRIO
STI - SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA E SUPORT.TÉCNICO

MISAEEL GUERRA PESSOA DE ANDRADE
ASSESSOR B
SG - ASSESSORIA TÉCNICA

